

Calidoscópico racial escolar: relações raciais e o pensamento das/os trabalhadoras/es da Educação Infantil de Praia Grande-SP.

ISRAEL, Alyssa Baptista

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus Cubatão (IFSP-CBT), Cubatão, SP, Brasil.

LINS RODRIGUES, Antonio Cesar

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Campus Cubatão (IFSP-CBT), Cubatão, SP,

A presente pesquisa teve como escopo a busca do entendimento da construção das identidades negras das crianças nas escolas de educação infantil da Praia Grande, sob o recorte da análise das ações educacionais de equipe gestora, docentes e educadoras/es de apoio. Para tanto, aplicou-se um questionário semiestruturado para toda a rede no respectivo segmento e realizaram-se grupos focais com as/os profissionais de educação como instrumento de coleta de dados e método. Elegeram-se duas escolas para a realização dos grupos focais, construindo uma amostragem que fundamenta o entendimento-base do trato dado pelas/os profissionais da educação infantil municipal à questão racial e, a partir de tal entendimento, a identificação suas causas e consequências. Utilizou-se uma abordagem metodológica mista, etnografia da prática escolar e grupo focal. O público-alvo da pesquisa foi composto equipe gestora, docentes e educadoras/es de apoio das escolas selecionadas de distintos bairros da Cidade de Praia Grande – SP. A Hermenêutica Crítica fundamentou a análise de dados. Como resultado, observou-se que a descontinuidade de um trabalho envolvendo a questão racial, falta de formação específica em educação para relações étnico-raciais e a cristalização de mitos relacionados à uma inerente incólume inocência em relação à infância talvez seja, alguns dos maiores empecilhos à construção de uma educação antirracista na escola.

Palavras-Chave: Educação Infantil. Educação Antirracista. Profissionais da Educação. Relações Raciais na Escola.

Abstract

The scope of this research was to seek to understand the construction of black identities of children in early childhood education schools in Praia Grande, based on the analysis of the educational actions of the management team, teachers and support educators. To this end, a semi-structured questionnaire was applied to the entire network in the respective segment and focus groups were held with education professionals as a data collection instrument and method. Two schools were chosen to carry out the focus groups, constructing a sample that supports the basic

understanding of the treatment given by municipal early childhood education professionals to the racial issue and, based on this understanding, the identification of its causes and consequences. A mixed methodological approach was used, ethnography of school practice and focus group. The target audience for the research was made up of the management team, teachers and support educators from selected schools in different neighborhoods in the City of Praia Grande – SP. Critical Hermeneutics supported the data analysis. As a result, it was observed that the discontinuity of work involving the racial issue, lack of specific training in education for ethnic-racial relations and the crystallization of myths related to an inherent unscathed innocence in relation to childhood are perhaps some of the biggest obstacles to the construction of anti-racist education at school.

Keywords: Early Childhood Education. Anti-Racist Education. Education Professionals. Race Relations at School.

Introdução

A presente pesquisa teve como escopo a busca do entendimento da construção das identidades das crianças negras nas escolas de educação infantil de Praia Grande, a partir da identificação da presença dos referenciais de humanidades racializados e análises das ações educacionais de equipe gestora, docentes e educadoras/es de apoio, indicadoras da genealogia de tal construção.

A contemporaneidade nos trouxe uma nova e urgente demanda com o reconhecimento da existência das muitas diferenças dentro da sala de aula. Essa presença cria novas necessidades para a educação e por que não dizer, para a própria escola. Meios e métodos para dar conta das situações criadas por tal presença, entende-se, talvez não consigam dar conta das necessidades criadas se não houver uma reformulação profunda na maneira de se pensar a questão racial na educação. Tal reformulação talvez tenha um caminho mais viável se acontecer desde a mais tenra idade. Dentre outras questões, a presente pesquisa identificou um abismo entre a presença de crianças negras e os referenciais de humanidades circulantes no ambiente escolar como reflexo de um currículo vigente. A respeito desse, Fabiana de Oliveira e Anete Abramowicz, apontam que a escola tem se mostrado excludente e

conservadora quando tem como base um currículo embranquecido, baseado na exclusão e no conservadorismo, não contemplando alunas e alunos negros em seus diversos conteúdos (2010). A constatação de tal situação *in loco* por conta dos projetos de intervenção pedagógica feitos com as/os discentes de Licenciatura do Campus Cubatão (2018;2019) e também das pesquisas e dos projetos de extensão/pesquisa realizados pelo Grupo de Pesquisas Raça Culturas Negras e Gêneros – RACNEGÊ, nos últimos 5 anos, sem contar com as temáticas desenvolvidas no doutoramento¹ e pós-doutoramento², potencializaram o ímpeto em construir um aporte científico à elaboração de políticas públicas que contemplem a população negra infantil em sua plenitude, abrindo campos para a criação de quadros de “justiça curricular”(CONNELL, 1993) e, por conseguinte, a superação dos quadros de desigualdade racial discente.

Na busca de um entendimento de como e por que tais engendramentos acontecem, elegeu-se o critério de zoneamento do município, elegendo-se, a princípio, duas escolas de públicos distintos, na busca de uma aproximação o mais fidedigna possível à construção de uma amostragem que fundamentasse o entendimento do trato dado pela educação infantil municipal à questão racial e, a partir de tal entendimento, a identificação das possíveis/prováveis consequências de tais ações na construção das identidades negras infantis. Para tanto, na primeira fase da pesquisa, ano de 2021, elegeu-se a proposta do mapeamento das ideias em relação às questões raciais circulantes na educação infantil por meio de questionários enviados por formulários eletrônicos disponibilizados às escolas de educação básica dessa categoria de ensino, procurando, por meio destes, alcançar as/os profissionais da rede.

Os Projetos Políticos Pedagógicos das escolas municipais de educação infantil também foram analisados e nesse caso específico em razão de se atuar em consonância com o pensamento de Guedes, da Silva e Garcia que nos dizem “o projeto político-pedagógico (PPP) é o caminho democrático para fortalecer a inserção da temática dos Direitos Humanos nas instituições” (2017, p. 582), entendendo-se a

¹ Corpos e Culturas Invisibilizados na escola: racismo, aulas de Educação Física e Insurgência Multicultural.

² Culturas Negras no currículo escolar, apresentando o Samba como possibilidade de resistência cultural.

importância das questões raciais dentro dos direitos humanos na educação e, conseqüentemente, na escola.

A pesquisa tem a etnografia da prática escolar como um dos pontos metodológicos em razão de se tratar de uma investigação qualitativa. Contudo, buscou-se também no Grupo Focal o aporte metodológico complementar, a fim de se poder dar conta das inúmeras demandas engendradas pelo objeto da pesquisa. Há que se considerar a utilização do Grupo Focal a partir do referencial pós-crítico indicado por Maria Cláudia Dal'Igna (2021) e também do referencial fundante de Gatti (2005) e Roselaine Barbour (2009).

O público-alvo do projeto de pesquisa composto pela população discente da educação infantil, em específico a população negra discente das escolas de educação infantil das duas escolas selecionadas dos distintos bairros da Cidade de Praia Grande – SP, equipe gestora, docentes e educadoras/es de apoio, tentando dar conta do máximo de amplitude trazido por tal amostragem. A Hermenêutica Crítica proposta por Kincheloe e McLaren (2006) fundamentará a análise de dados em razão da mesma propiciar um aprofundamento na interpretação dos textos apreendidos na conjuntura e contexto pesquisado. Como resultado, pretende-se elaborar um documento, cujo conteúdo possa respaldar a revisão dos referenciais de educação infantil do município criando

Justificativa

Avançar na busca do entendimento dos mecanismos construtores das identidades negras discentes na escola pode ser uma possibilidade de criação de caminhos à prática democrática concreta, instituindo-se um espaço não somente de voz e vez ativas no combate à exclusão, como também de acolhimento, legitimação e desierarquização dos grupos excluídos.

Progredindo para a capilaridade de tais mecanismos, valemo-nos dos escritos de Gomes, quando se refere à prática educativa no espaço escolar, indicando esse como um ambiente de práticas democráticas, tem-se a seguinte afirmativa:

[...] A fim de realmente se configurar como uma instituição democrática e que incorpore um projeto educativo emancipatório, nos dizeres de Boaventura Silva Santos (1996), a escola, sobretudo a política deverá inserir a questão racial no seu projeto político-pedagógico, tomá-lo como eixo das práticas pedagógicas e articulá-la nas discussões que permeiam o currículo escolar (2003, p. 102).

Pois bem, entender como a construção das identidades e subjetividades das crianças negras se dão dentro do espaço escolar na educação infantil, pode ser uma das alternativas à construção de uma escola mais justa e com um currículo mais justo, descolonizado, pautado no enfrentamento das questões que engrossam o caldo da desigualdade étnico-racial vigente, por meio de uma incessante busca de desconstrução de quaisquer falácias de ratificação do mito da democracia racial e/ou discursos semelhantes potencialmente proferidos em nossas escolas.

A ideia de “Desfetichizar o social, ao demonstrar o seu caráter construído, sua natureza relacional” (Silva, 1995, p.31) dialoga com a proposta por ora trabalhada, já que, à medida que se avança no desmembramento dos mecanismos de construção das identidades infantis, possibilitam-se outras chances de interpretação das diferenças, partindo-se para um processo de questionamento das hierarquizações presentes no ambiente escolar infantil por meio do currículo.

O progresso na desconstrução da fixidez das referências de humanidades talvez seja o início de muitas possibilidades de mudança pautadas, por exemplo no que Moreira e Candau (2003) chamam de “Ancoragem social dos conteúdos” (2003, p. 162), que, em outras palavras, seria ver como é que aquele conteúdo surgiu, em qual contexto sócio-histórico ele inserido e quais as ideologias dominantes ditaram o seu aparecimento e a sua força hierárquica dentro do processo de escolarização. Tal ideia transita pelo conceito de “justiça curricular” entendida como:

[...] o grau em que uma estratégia pedagógica produz menos desigualdade no conjunto de relações sociais ao qual o sistema educacional está ligado, pautada, a seu ver, por três princípios: (a) os interesses dos menos favorecidos, (b) participação e escolarização comum e (c) a produção histórica da igualdade (CONNELL, 1993 apud MOREIRA; CANDAU, 2003p. 157).

A partir do que se propôs, interpreta-se a presente pesquisa como um potencial caminho ao avanço na ruptura com os mecanismos de exclusão presentes no cotidiano pedagógico das escolas de educação infantil do município de Praia Grande,

além de aproximar o IFSP-CBT de toda comunidade da região a qual deve atender, oferecendo um serviço de extrema qualidade. Observa-se também a proposta de um novo *enxergar* do ambiente escolar, a partir de uma lógica caleidoscópica não ofuscada, como incitadora de enfrentamento não somente às desigualdades, como também às experiências de insucesso escolar que, não raramente, abarcam à população negra infantil. Entende-se o fomento ao espraiamento do campo de visão dessa população escolar crie mecanismo de acatamento das suas ancestralidades, cultura, autoimagem, autoestima, enfim, de pertencimento.

Objetivos

Geral:

Compreender como se dão os mecanismos de invisibilização racial dentro do ambiente escolar infantil, partindo da premissa de que o mesmo está repleto de diferenças a partir do perfil racial discente, apontando as priorizações ou não atribuídas a determinados corpos em detrimento de outros e a “intervenções” dessa influência na construção da autoimagem e autoestima das crianças negras nos cotidianos pedagógicos.

Objetivos específicos

1. Entender o pensamento das/dos profissionais da educação das escolas submetidas à pesquisa, a partir de questionários semiestruturados aplicados às/aos mesmas/os e entrevistas de adesão voluntária, versando sobre o objeto de estudo relacionado ao presente projeto de pesquisa, seja esse a percepção de como acontecem os processos de engendramentos raciais nas escolas de Educação Infantil;
2. Entender como estão situadas as crianças negras nos processos supracitados, identificando se há uma hierarquização que as atinjam e quais os efeitos da mesma;
3. Identificar e analisar a existência, ou não, de políticas curriculares contempladoras das relações raciais e nessas, se se encontram presentes encaminhamentos/ações que contemplem as crianças negras por meio de conteúdos de equidade racial,

direcionando a busca de uma possibilidade de igualdade racial no cotidiano pedagógico;

Metodologia

A pesquisa tem a etnografia da prática escolar como ponto metodológico principal. Contudo, buscou-se também no Grupo Focal o aporte metodológico complementar, a fim de se poder dar conta das inúmeras demandas engendradas pelo objeto da pesquisa. Há que se considerar a utilização do Grupo Focal a partir do referencial pós-crítico indicado por Rosaline Barbour (2009), Bernadete Gatti (2005) e Maria Cláudia Dal'Igna (2021). Do ponto de vista da abordagem, trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa por interpretar as informações quantitativas a partir de seus números e percentuais, atribuindo a esses uma interpretação dos dados por meio da interpretação dos discursos dos sujeitos (KNECHTEL, 2014, p. 106).

O público-alvo da pesquisa é composto pela população discente da educação infantil, em específico a população negra discente das escolas de educação infantil das quatro escolas selecionadas dos distintos bairros da Cidade de Praia Grande – SP, tentando dar conta do máximo de amplitude trazido por tal amostragem. Também se trabalhou a coleta de dados quantitativos e qualitativos, disponibilizado um questionário a todas/os as/os profissionais de educação³ que compõem o quadro de funcionários dessa categoria da educação básica, com o envolvimento das 33 escolas em funcionamento na rede.

A aplicação do questionário semiestruturado por meio do formulário do software de serviços “Google Docs”, com 11 questões, das quais dez eram fechadas e uma aberta. O teor das perguntas dizia respeito ao trabalho desenvolvido com a questão racial nas escolas de forma direta e nas políticas educacionais do município de forma secundária. A aplicação do questionário se deu no período de 20/09/2021 à 10/10/2021, contudo as respostas foram efetuadas de 21/09/2021 - às 18h00 à 13/10/2021 - às 13h51. Encontros individuais entre pesquisadores e a chefia da Educação Infantil também foram realizados com a finalidade não somente de

³ Termo que utilizaremos em todas as alusões às pessoas que trabalham na escola, independente das funções específicas exercidas.

agendamento das ações, mas também de organização das etapas da pesquisa. Há de se considerarem os efeitos da Pandemia como fatores determinantes do cumprimento do cronograma de pesquisa e tais consequências serão detalhadas nos escritos que dizem respeito aos resultados da pesquisa. Esses procedimentos foram adotados no ano de 2021, 1ª fase da presente pesquisa.

A partir do ano de 2022, inicia-se a 2ª fase da pesquisa na qual a aplicação dos grupos focais foi a prioridade para se poder consolidar os resultados a partir dos depoimentos colhidos durante a realização dos mesmos.

Dos grupos focais

Construímos uma estratégia própria de aplicação do grupo focal, levando em consideração todo o rigor indicado pelas referências as quais acessamos. Essa estratégia materializou-se a partir de uma “PROPOSTA DE ROTEIRO DE APLICAÇÃO DO GRUPO FOCAL”, contendo os seguintes procedimentos e observações:

1. Abertura com breve explicação a respeito do que trata aquele evento de Grupo Focal – os porquês, etc.
2. Apresentar sulfite com o tema;
3. Solicitar que cada uma/um dos participantes faça um comentário geral sobre o assunto como “aquecimento” (GATTI, 2005, p. 30);
4. Apresentar um sulfite falando sobre a questão racial na educação infantil;
5. Aprofundando um pouco mais, apresentar outro falando sobre a presença do racismo na educação infantil e na escola – nesse momento uma atenção ainda maior deve ser dedicada, pois a linguagem corporal pode nos dar muitos sinais que corroborem ou não com o teor das colocações feitas;
6. Aprofundando mais ainda, entrar com o 3º sulfite indicando sobre as ações feitas por eles e pela escola a respeito dessa presença ou não – valem as mesmas recomendações em relação às observações mais acuradas nos momentos correspondentes a essas situações;
7. Sugerir às/aos participantes que façam anotações pessoais a respeito de cada provocação antes de responder – dessa forma serão evitadas influências

- maiores das lideranças, fato tal que, pelo menos em tese, aproximará muito mais as respostas a sua fidedignidade (MORGAN, 1997, p. 50 apud GATTI);
8. Observação e controle do tempo;
 9. Observação dos possíveis desvios de assunto e/ou monopolização de fala;
 10. Pensar em reunir entre 3 e 10 participantes de horários diferentes, de preferência sem uma relação mais próxima;
 11. Trabalhar com o critério de homogeneidade de funções como prioridade;
 12. Levantar os dados de cada participante para poder categorizar essas/es sujeitos do Grupo Focal, mesmo que se tenha um todo generalizante, ou seja, servidores da educação infantil em suas distintas categorias;
 13. Procurar estimular a adesão de participantes;
 14. Procurar evitar o distanciamento entre uma intervenção e outra, a fim de que não haja uma comunicação prévia quebrando o efeito da “surpresa”, o que poderia minimizar os prejuízos de uma fala pré-elaborada a respeito da temática, por parte das/os participantes;
Solicitar a autorização prévia para a gravação das falas das/os participantes;
 15. Fazer o grupo focal da direção e equipe utilizando os elementos da 2 escolas para compor os grupos – as 2 diretoras em um grupo e as 2 coordenadoras em outro;

A partir dessa proposta de roteiro, elaboraram-se seis provocações dialogando com o nosso objeto de pesquisa, a fim de as aplicarmos como *gatilho* inicial das manifestações do grupo focal. O coordenador da pesquisa atuou como moderador e as bolsistas Alyssa Israel Batipista – bolsista e Bruna Cavalcante – pesquisadora voluntária, atuaram como colaboradoras pontuando as observações sobre a linguagem corporal e quaisquer outras intercorrências acontecidas durante a realização do procedimento metodológico.

A estratégia utilizada para a realização dessa intervenção foi a apresentação de 6 provocações que serviram de estímulo à discussão de cada participante sobre os referidos temas sobre o qual elas, as provocações, versavam. As provocações eram apresentadas em folha de papel sulfite em letras garrafais com os conteúdos referentes ao objeto de pesquisa. O Moderador as apresentava durante o tempo

suficiente para cada participante fazer suas anotações-guia e, em seguida, era aberto um tempo para as colocações de cada participante. Durante a realização do grupo focal não se descartou a possibilidade tanto de acréscimo quanto de supressão de alguns elementos. No caso específico do presente grupo focal, as provocações “2” e “4” foram suprimidas em razão das respostas que as antecediam – “1” e “3” – terem dado conta de seus conteúdos. Também houve algumas provocações feitas pelo Moderador, aproveitando algumas situações não previstas surgidas durante a realização. Seguem as provocações utilizadas:

1. **A QUESTÃO RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL**
2. **A QUESTÃO RACIAL NESSA ESCOLA**
3. **A QUESTÃO RACIAL E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS**
4. **COM QUE FREQUÊNCIA TRABALHAM A QUESTÃO RACIAL**
5. **RACISMO**
6. **NEGRITUDE APRENDIZAGEM ENSINO**

Os grupos focais foram realizados com sucesso durante os meses de agosto, setembro e outubro com as equipes gestoras, docentes e educadoras/es de apoio. Nos meses anteriores houve um aprofundamento nos referenciais teóricos e reuniões

de discussão para a elaboração das estratégias de aplicação do grupo focal, além de ajustes feitos com as escolas e Secretaria de Educação, para que se pudesse avançar na realização da pesquisa. Ressaltam-se as dificuldades no equacionamento dos horários da equipe gestora, docentes e educadoras/es de apoio, nos quais se pudesse realizar os grupos focais. O volume de atividades presentes nas escolas foram um importante dificultador para a realização dos grupos.

Resultados e discussão

Os resultados apresentados a partir da aplicação dos grupos focais consolidaram algumas pistas presentes nos dados coletados por meio da aplicação do questionário. Algumas categorias construídas anteriormente se confirmaram. Percebeu-se a importância engendramento das identidades e diferenças presentes nas falas das/dos participantes. Adotaram-se as categorias de proposições “Descritiva, Performativa e Descritivo-performativa” a partir das referências de Silva (2000, p. 92-93). Seguem algumas categorias da pesquisa buscando entender a construção das identidades e diferenças das crianças negras sob a ótica das/dos profissionais da educação no ambiente escolar estudado. Adotou-se a estratégia de registrar suas presenças – a das categorias – em cada uma das *provocações* utilizadas nos grupos focais.

Provocação 1 – A QUESTÃO RACIAL NA EDUCAÇÃO INFANTIL			
	Descritiva	Performativa	Descritivo-performativo
Equipe Gestora	Trabalhamos as diferenças porque faz parte do PPP;	A grande maioria não tem essa percepção de raça; À medida que vão crescendo eles despertarão essa percepção.	
Docentes	A ideia prevalente de não haver maldade no universo infantil;		

Educadoras/es de apoio	Trabalho com a igualdade por parte de todas as educadoras de apoio;	As crianças são inocentes.	Entre as próprias crianças não existe racismo; Trabalho com a igualdade por parte de todas as educadoras de apoio; O dever ensinar o antirracismo atribuído à família, isentando a escola do mesmo; A criança é negra e não aceita a cor e acaba sendo mais preconceituosa do que a criança branca.
Provocação 2 – A QUESTÃO RACIAL NESSA ESCOLA			
	Descritiva	Performativa	Descritivo-performático
Equipe Gestora			
Docentes	Essa questão só é tratada em eventos pontuais, como o dia da consciência negra, etc.		Falta de formação e de projetos que dialogassem com a questão em pauta
Educadoras/es de apoio	Diz que é automático esse embranquecimento.	Cita o caso da festa junina na escola, onde os “bonequinhos” de enfeite eram todos brancos.	
Provocação 3 – A QUESTÃO RACIAL E AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS			
	Descritiva	Performativa	Descritivo-performático
Equipe Gestora	Eles sabem analisar as diferenças, mas nunca foi colocado por eles com preconceito; O que é mais comumente visto é a questão das diferenças físicas.	Temos um grande número de alunos com inclusão e o foco são eles e não uma questão racial e sim de diferença mesmo.	
Docentes		É na família que elas aprendem a ser racistas	
Educadoras/es de apoio			
Provocação 4 – COM QUE FREQUÊNCIA TRABALHAM A QUESTÃO RACIAL			
	Descritiva	Performativa	Descritivo-performático

Equipe Gestora	Não é somente a questão racial em si; Sempre, pois está em nosso Projeto Político Pedagógico; Pra nós enquanto educadores a cor não é uma diferença. Não é uma situação que exija um tratamento diferenciado por ter uma cor diferente		Vão ser trabalhadas todas as diferenças. Pra nós enquanto educadores a cor não é uma diferença. Não é uma situação que exija um tratamento diferenciado por ter uma cor diferente. Pra nós falar que tem de respeitar um amiguinho que é negro, branco ou pardo, seria ressaltar uma coisa que eles não percebem. Seria trazer à tona uma coisa que eles não têm naturalmente, a não ser por conta da família.
Docentes	De maneira pontual em datas comemorativas ou quando acontece um caso.		
Educadoras/es de apoio	Não se trabalha; Em datas comemorativas.		
Provocação 5 – RACISMO			
	Descritiva	Performativa	Descritivo-performático
Equipe Gestora	Não existe em nossa escola em razão das crianças não serem racistas.		As crianças não têm esse vocabulário: o negro, o preto e se for é de forma totalmente inocente. Então não vemos a necessidade de, de repente, despertarmos um olhar diferente do que seja isso. Não na educação infantil, mas se surgir a necessidade de falar sobre as diferenças. De forma genérica “ser diferente é legal”.
Docentes	Eu não percebo assim também no brincar, né... nas atividades lúdicas, nas interações: formar uma roda, dar a mão para o amigo, eu não percebo essa discriminação assim deles;	Vem da família a criança aprende em casa a ser racista;	Falou que não REPARAVA nisso (mulher negra que se coloca como branca, mesmo apresentando todos os marcadores raciais da negritude)... que não tinha vivência a respeito, não sabia como abordar tal questão em sala de aula e que a escola não trabalhava

	É uma questão de ignorância, da falta de conhecimento que induz a pessoa a ter ali aquilo engessado e não consegue vê através daquilo, “preconceito” a própria palavra rejeita aquilo que você não tem conhecimento; Falta formação para os professores para trabalhar com a temática.		o racismo dentro de uma perspectiva de formação; Disse também que não poderia se manifestar em razão do seu “lugar de fala” não ser legítimo para tal questão, pois era mulher branca e não o direito a fazê-lo.
Educadoras/es de apoio	O dever ensinar o antirracismo atribuído à família, isentando a escola do mesmo.		
Provocação 6 – NEGRITUDE APRENDIZAGEM ENSINO			
	Descritiva	Performativa	Descritivo-performático
Equipe Gestora			No dia da consciência negra elas fazem o bonequinho, falam da africanidade, lá elas fazem as máscaras africanas, essas coisas. É um momento em que acaba se evidenciando a cultura africana e é um momento de aprendizagem, mas é...
Docentes	Relatou as práticas fetichizadas, ou seja, acontecendo somente em datas específicas e, portanto, sem maiores efeitos no combate às diferenças raciais; Disse que dá para responder com uma única palavra: “Política”... o trabalho com a negritude na escola é uma questão pura e simplesmente política.		

Educadoras/es de apoio	Existe na escola; Algumas crianças são racistas; Já presenciamos casos de racismo	É reflexo da família.	
------------------------	---	-----------------------	--

Tabela 1 – fonte autoral

Categorias elaboradas

Categorias Propositivas		
Ações		Meios/Métodos
Implantação de Projetos Realização de palestras	Formações	Instrumentos pedagógicos
	Docente Profissionais da educação Família	Brincadeiras Literatura infantil Peças teatrais Jogos Materiais pedagógicos

Tabela 2 – fonte autoral

Invizibilização do racismo – cultura do silenciamento	Relações Equipamentos-sistema de ensino-comunidade	
Na escola Na educação infantil Mito da pureza infantil Presença de uma relação entre o mito judaico-cristão da criação como instrumento definidor da não existência do racismo (a ideia de que somos todas/os iguais perante a Deus) como justificativa que busca imprimir uma “inoperância” à presença do racismo no ambiente escolar e/ou sociedade.	Ideia potencializada de igualdade inerente à humanidade, impedindo o avanço de práticas voltadas ao trabalho com as questões raciais.	Falta de interação escola-família.
	Utilização de alguns instrumentos relacionados a caminhos únicos na literatura, materiais pedagógicos, etc.	
	Presença de uma relação entre o mito judaico-cristão da criação como instrumento definidor da não existência do racismo (a ideia de que somos todas/os iguais perante a Deus) como justificativa que busca imprimir uma “inoperância” à presença do racismo no	Falta de interesse da gestão. Falta de políticas públicas relacionadas às questões raciais.

	ambiente escolar e/ou sociedade.	
		Pouco entendimento da questão racial na educação infantil
		Falta do diálogo escola-comunidade

Tabela 3 – fonte autoral

O cruzamento dos dois quadros das categorias confirmam questões que apareceram na 1ª fase da pesquisa. As ideias de que as crianças da educação infantil são inocentes por natureza; de que o racismo vêm da família; de que não se devem trabalhar as práticas antirracistas sob o perigo de incitar um racismo não presente nas crianças; de que o trabalho é feito de forma pontual – ao surgirem os casos de racismo – ou nas datas comemorativas relacionadas à temática; de que o trabalho com as diferenças como um todo dá conta das questões raciais e que essas não precisam de uma atenção específica; de que, por não serem racistas e tratarem todas as alunas e alunos como iguais não há a necessidade de um trabalho com uma educação antirracista; a ideia do trabalho com apenas um referencial literário, por exemplo, a obra “A menina bonita com laço de fita” dê conta de todas as necessidades que a escola por ventura apresente relacionadas à questão racial; de que há uma falta de formação mais aprofundada dentro do município; somam-se às constatações já identificadas no questionário aplicado. Todavia o que mais chamou a atenção nessa análise de dados foi a discrepância entre as ações que a Equipe Gestora julga acontecer dentro da escola durante o ano letivo, a ações que as/os docentes dizem acontecer durante o ano letivo na escola e as ações que as/os educadoras/es de apoio afirmam acontecer dentro da escola. Isso traz um indício de que a administração do espaço escolar se encontra em dissonância, o que pode suscitar uma grande urgência nas mudanças. Reconhece-se não ser fácil poder administrar o lócus escolar, pois é lá onde a educação realmente acontece, distantes das ideias e ações recheadas pela burocracia inerente ao entendimento construído a respeito da ideia de educação de qualidade construída ao longo da história do Brasil. Contudo é de preocupar muito a sensação de que tal dissonância possa estar atingindo as questões relacionadas aos temas mais sensíveis permeantes ao processo de escolarização das crianças negras. Entende-se tal situação como uma importante das muitas causas do insucesso escolar das crianças negras, já que a importante indicação dos referenciais de discriminação positiva vão sendo colocados para escanteio a cada jogada

malsucedida da invisibilização do racismo na escola e do apagamento, anulação ou inviabilização das práticas antirracista dentro do cotidiano pedagógico. Aliado a esses fatos a dissociação da existência do racismo no ambiente educacional infantil somado aos projetos e práticas pedagógicas onde não há a discussão das diferenças e das hierarquizações construídas para elas em nossa sociedade, tão bem alocadas e eufemizadas nas escolas, deixa-se, para as crianças negras, a trilha única de deslegitimação como fomento diário à forja de *subjetividades fraturadas*.

Conclusão

A questão racial na educação infantil está sujeita a muitos filtros atrelados à cultura colonizadora a qual o Brasil fora submetido desde a sua invasão travestida de “descobrimento” pelos povos europeus. Dar conta da quebra dessa barreira é uma tarefa hercúlea a qual os setores da sociedade imersos na defesa de uma justiça racial curricular vêm se dedicando há décadas. Os instrumentos legais que serviram de conquista para ratificar essa luta são uma condição, porém não suficiente para transformar os discursos por legitimação em práticas. Os conteúdos referentes a um trabalho que dê conta das demandas existentes em cada comunidade escolar têm particularidades contextuais com as quais não se construíram estratégias e ações suficientemente alinhadas para grandes avanços. Pesquisadores como Almeida e Sanchez nos dão algumas pistas sobre as dificuldades da implantação das leis 10.639/03 e 11.645/08:

Entre os problemas que surgem no processo de implementação destas leis há, sem dúvida, especificidades relacionadas aos seus próprios conteúdos, que, por estabelecerem ideais de igualdade racial e respeito às diferenças, são conflitantes com uma realidade social – sobre a qual a escola exerce influência e pela qual é, por sua vez, influenciada – que ainda se estrutura e organiza com base em preconceitos raciais e sociais naturalizados (2016, p. 74).

Nesse sentido a escola como um todo potencializa em seu *corpus* um caminho à transformação, onde as ideias de igualdade podem se tornar realizações práticas, por meio de ações equânimes. Contudo não se pode deixar de atentar para o caráter polissêmico que envolve os termos escola, ensino e aprendizagem, aos quais se refere propositalmente em conjunto justamente para apontar contradições e conformidades caminhando lado a lado, como muitas das respostas do questionário

nos mostraram. Um dos entendimentos a respeito da escola que aqui se compartilha é de que a mesma consiste em um local de constantes tensões por reconhecimento em todos os campos, onde o currículo tem dado o *tom e, conseqüentemente, as notas da canção que embala os sonhos certas/os cidadãs/ãos e o pesadelo de outras/os*. Nesse sentido as questões raciais já trazem em seu cerne o *carimbo* tatuador de um grupo humano específico, ou seja, a população negra infantil. Segundo Carlos Vilar Estevão, uma das compreensões atribuídas à escola é de que pode ser,

[...] sobretudo como uma “arena política”, onde a pluralidade de metas, de objectivos, de interesses, de racionalidades e lógicas de acção se intersectam, onde jogos de poder, coligações, confrontos, alianças, pactos se mobilizam de várias formas, onde estratégias, táticas, cálculos se concretizam, ou seja, onde a micropolítica impera face até à distribuição de recursos escassos. Mas o que não deixa de ser verdadeiramente crucial neste modo de compreender a escola é a questão do poder, ou melhor, dos poderes, dada a plurivocidade deste conceito que remete para várias fontes, uma das quais, na linha de Weber (1964), é a autoridade, e graus diferenciados da sua distribuição, assim como para condutas táticas e estratégicas várias que propicia, com um espectro amplo de respostas que podem ir do mero acatamento ao da resistência activa (2008, p. 518).

Tem-se a sensação de que as situações envolvendo as relações raciais dentro do cotidiano pedagógico, de uma maneira geral, são deixadas de lado e, quando tratadas, atribuem soluções construídas na base do improvisado, ficando muito à mercê do repertório individual de cada professora/or, o que acaba por reforçar o status quo. Ou seja, há uma estagnação da “Miopia de desmatizamento” (LINS-RODRIGUES, 2013, p. 140) que confere a condição de deslegitimação às crianças negras dentro do universo da educação infantil. Talvez a sutileza com a qual o racismo desliza nas relações escolares o fortaleça em sua invisibilidade, reforçado histórico-culturalmente pelo mito da democracia racial que imobiliza as ações antirracistas, semelhante ao veneno de uma serpente mortífera que paralisa a sua presa até que a mesma possa ser engolida. Dessa forma a peçonha do racismo atua nas relações escolares – arrisca-se dizer que, em cada nível de educação, com nuances próprias – paralisando os corpos negros, por meio do apagamento permanente de suas subjetividades com o pincel invisível, mas extremamente eficaz do embranquecimento.

A ideia de cristalização das categoria “Negro” como estereótipo do exotismo e de distanciamento da condição fundamental de humanidade, sem que as/os suas/seus pertencentes possuam as senhas de acesso aos seus entendimentos fora da lente da coisificação, caminha em paralelo à branquitude, protegida na condição de um inatingível *pré-dado* em sua “metafísica da presença” (SILVA, 2000, p. 78) exposta nos discursos das/dos profissionais da educação.

Quando as/os docentes analisam ou não a existência do racismo a partir de suas experiências/entendimentos desse comportamento, pode-se pensar no processo de “citacionalidade⁴” da linguagem e o seu caráter performativo na produção das identidades (Idem, p. 94). Ou seja, atribuir a não presença do racismo – e, portanto, não discutir, contextualizar, trabalhar e, ainda mais grave, não se acatar a necessidade de práticas pedagógicas antirracistas (no caso da educação infantil por conta de uma *inerente inocência*) – a partir de suas experiências pessoais em relação a esse tipo de comportamento cria uma blindagem ao reconhecimento racial, intransponível para as crianças não brancas.

A impressão é de que a escola vem se apegando a certas práticas como constructos de um “modus operandi” inexorável aos clamores de equidade/igualdade expostos pelas feridas recidivas da exclusão que, diante dos olhares atentos ou não da sociedade, ganham o tom do comum, do natural em detrimento da indignação.

Seguindo ainda o pensamento de Santos Guerra (2002), podemos dizer que essa perversidade pode advir de várias fontes, desde logo: do imobilismo que a escola por vezes propicia; da mudança que favorece os já favorecidos, que aumenta o poder de quem já é poderoso; do autoritarismo e controle, que diminuem os direitos dos alunos; da falta de transparência e impunidade; da discriminação e dos privilégios dos “herdeiros”; da impermeabilidade à crítica; da rotina dos discursos, atitudes e práticas; da discrepância entre os discursos e a ação; da sensualidade do poder que obriga a uma atitude submissa; da atenção dispensada apenas aos alunos mais brilhantes; do processo de avaliação como processo hierarquizador, de rotulagem dos

⁴ É a característica da escrita de ser repetível e independente de mesmo de quaisquer supostas intenções que a pessoa que a escreveu pudesse ter tido no momento que o fez, podendo sempre ser retirada de um determinado contexto e inserida em um contexto diferente. É exatamente essa citacionalidade da linguagem que se combina com seu caráter performativo para fazê-la trabalhar no processo de produção de identidade (SILVA, 2000, p. 94-95).

alunos; da domesticação e formação bancária; da ocorrência de trabalho inútil e sem esperança (Estevão, 2008, p. 508).

A questão racial ainda continua a ser um tabu em nossas escolas. O “Mito da Democracia Racial” ainda exerce uma importante influência na sociedade brasileira e isso se resvala na escola, ultrapassando seus muros e circulando com bastante potência em seu ambiente. A descontinuidade de um trabalho envolvendo a questão racial talvez seja um dos maiores empecilhos à construção da igualdade racial na escola. As ações pontuais ainda prevalecem e restringem o trabalho à datas comemorativas. Docentes em suas formações têm um currículo que não lhes propiciou um contato além do “proforma” em suas licenciaturas, na maioria das vezes e isso é provado pela alegação de que não têm suficiente conhecimento para o trabalho com as questões raciais na escola – os dados nos provam. A presunção da “pureza” de pensamento inerente à criança parece blindá-la de uma possibilidade de construir, por meio do contexto sociocultural, escolhas em relação as suas preferências raciais, atribuindo à família a única “culpa” quando essas escolhas induzem a comportamentos racistas.

Pensar a Educação Infantil como primordial para o trabalho com as relações raciais, almeja-se ser o ponto fulcral e mais fértil para a desconstrução do racismo estrutural presente em nossa sociedade. As práticas antirracistas têm potencial suficiente para fazer com que a justiça social se faça realmente presente. Por meio de ações concretas que intervenham na descolonização do currículo, talvez se possa vislumbrar caminhos de legitimação às crianças negras dentro da escola e, conseqüentemente, dentro da sociedade. Estarmos atentas/os às armadilhas do cotidiano escolar em relação às questões raciais, ou seja, a todos os acontecimentos conferentes de desprivilegios à população negra infantil é fundamental para se conseguir a equidade e o aumento da autoestima dessa população, propiciando um autorreconhecimento por meio de uma autoimagem incorporada como a melhor das possíveis, principalmente por ser atravessada por ancestralidade e negritude.

A presente pesquisa realizou a sua primeira fase e o fato da Secretaria de Educação de Praia Grande permitir esse feito, colaborando de maneira integral em todos os aspectos é um sinal alvissareiro em meio à realidade encontrada

aprioristicamente em relação ao trabalho com as questões raciais na educação infantil. Entende-se que o trabalho é de suma importância para substanciar a criação de políticas públicas e reelaboração curricular. Decerto esse cenário de muitas incertezas serve de impulso para avançarmos no enfrentamento aos desafios, construindo, quiçá, possibilidades de uma justiça racial curricular.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. A. B. de; SANCHEZ, L. P. Implementação da Lei 10.639/2003 – competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. **Pro. posições**. V. 28, N.1 (82) |jan./abr. 2017.

BARBOUR, R. **Grupos Focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BRASIL, **Lei 12.288/10**. Estatuto da Igualdade Racial. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. CÂMARA DOS DEPUTADOS.

BRASIL. **Lei 10.639** de 9 de janeiro de 2003. Diário Oficial da União. Poder Executivo, Brasília.

BRASIL. **Lei 11.645/08** de 10 de Março de 2008. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília.

CONNELL, R. W. **Schools and social justice**. Montréal: Our Schools/Our Selves Education Foundation. 2003.

GATTI, B. A. **Grupo Focal em pesquisas sociais e humanas**. Série Pesquisa em educação v. 10. Brasília – DF, 2005.

DAL'IGNA, M. C. Grupo Focal na pesquisa em educação: passo a passo teórico-metodológico. IN: MEYERM, Dagmar Estermann; PARAÍSO, Marlucy. ORG. **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2021.

ESTEVAO, C. A. V. Educação, conflito e convivência democrática. Ensaio: **Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, [S.l.], v. 16, n. 61, p. 503-514, July 2015. ISSN 1809-4465. Disponível em: <<https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/ensaio/article/view/527>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

GUEDES, J. V.; SILVA, A. M. F. da; GARCIA, L. T. dos S. Projeto político-pedagógico na perspectiva da educação em direitos humanos: um ensaio teórico. **Revista brasileira de Estudos pedagógicos**., Brasília, v. 98, n. 250, p.580-595, set./dez. 2017.



LINS RODRIGUES, A. C. EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR E LDB: assumindo a responsabilidade na aplicação das leis 10.639/03 e 11.645/08. **Reflexão e Ação**, Rio Grande do Sul, v. 18, n. 1, p. 125-150, jun. 2010. Disponível em: <<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/article/view/1242/1078>>. Acesso em: 02 nov. 2022.

KNECHTEL, M. R. **Metodologia da pesquisa em educação**: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba, PR: Intersaberes, 2014.

KINCHELOE, J. L.; McLAREN, P. Repensando a teoria crítica e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

OLIVEIRA, F. de; ABRAMAWICZ, A. Infância, raça e “paparicação”. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. v.26, n.02, p.209-226. ago. 2010.

SILVA, T. T. da. et al. **Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

TORRES SANTOMÉ, J. As culturas negadas e silenciadas no currículo. IN: SILVA, Tomaz Tadeu. Org. **Alienígenas na sala de aula: uma introdução aos estudos culturais em educação**. Petrópolis: Vozes, 2008.